



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 6/2024
SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE 31-07-2024**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Extraordinária de 31-07-2024

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 31 de julho de 2024-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos -----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - David Manuel Fajardo AzenhaFAP

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

José Augusto Fernandes MateusFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

José António Borges LigeiroFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

António Graça LapãoFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Micaela Miranda DurãesFAP

Isabel César PereiraPS

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

Sandra Cristina Marques MatiasFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Sónia Margarida Abreu MartinsPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS

(Lavos) José Coelho Henriques da SilvaPS



(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	Armando Fernandes Gomes	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira, José Alberto Jordão Suzana, Rosa Maria da Costa Reis, Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia e Teotónio Paulo de Jesus Cavaco.-----

SUBSTITUIÇÕES

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia por Isabel César Pereira, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira por Sónia Margarida Abreu Martins, José Alberto Jordão Suzana por Armando Fernandes Gomes, Rosa Maria da Costa Reis por Sandra Cristina Marques Matias, Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia por António Eduardo São Pedro Almeida, Teotónio Paulo de Jesus Cavaco por Paulo Jorge Martinho Pinto.

FALTAS JUSTIFICADAS

Victor Manuel dos Santos Madaleno, Paulo Henrique Nisa Mariano e António Eduardo São Pedro Almeida.

PONTO ÚNICO – 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2024

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente os ajustamentos das plurianualidades: do investimento «Rua da Liberdade_Freguesia de Buarcos e São Julião». e da «Ponte sobre o Rio Mondego – Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica», cuja empreitada tem o valor total de 7.897.175,01 €, com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, um prazo de execução de 18 meses, sendo os encargos previstos pelos anos económicos de 2024, 2025 e 2026, respetivamente de 20.000,00 € (vinte mil euros), 5.560.400,00 € (cinco milhões quinhentos e sessenta mil e quatrocentos euros) e 2.316.775,01 € (dois milhões trezentos e dezasseis mil setecentos e setenta e cinco euros e um cêntimo),



com o ajustamento do valor das fontes de financiamento previstas para este investimento e que foram inscritas aquando da elaboração dos Documentos Previsionais de 2024; bem como a inscrição dos encargos plurianuais previstos para o investimento «Pavilhão Multiusos».-----

Esta 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024 foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara extraordinária de 19 de julho de 2024.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Solicitamos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocatória desta sessão extraordinária tendo em conta a necessidade de adequar as inscrições nos instrumentos financeiros do Município àquilo que são, obviamente, realizações importantes previstas para este mandato, embora nele não terminem quase todas as que estão aqui referidas à exceção da obra da intervenção necessária na Rua da Liberdade.-----

Como tive ocasião de dizer na reunião de Câmara, gostava aqui de desenvolver.---

Em relação à Ponte, todos conhecem as vicissitudes do processo e quando há meses tivemos de declarar que não tínhamos possibilidades de prosseguir com a obra, nos termos estabelecidos, procurámos que o processo voltasse, de certo modo, ao seu ponto inicial, ou seja, a assunção de uma responsabilidade por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em relação a uma obra cujo troço, como é sabido, deve integrar a rota do Eurovelo.-----

Na sequência de tudo aquilo que aconteceu, esse troço não teria conclusão possível prevista. De facto, nos termos em que o processo se iniciou genericamente, não fazia sentido que face a tudo aquilo que aconteceu a obra não tivesse essa responsabilidade ao nível da Comunidade Intermunicipal.-----

Por isso mesmo, tomando em linha de conta esse desiderato, aguardámos pela mudança de Governo, entrada em funcionamento do pleno do novo Governo e a distribuição das pastas.-----

Naturalmente, na sequência do que disse, escrevi uma carta ao Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e aos restantes dirigentes dizendo que para nós era imperativo que a Comunidade Intermunicipal voltasse a assumir essa tal responsabilidade.-----

A carta seguiu, não vale a pena estar aqui a contar os trâmites e todas as reações havidas numa primeira fase, naturalmente, não foram as mais favoráveis, porque o processo tinha transitado para a Câmara da Figueira quando foi incluída a componente rodoviária. Mas a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra acabou



por aceitar, até porque como sabem, é manifesto: é uma obra que serve outros Municípios vizinhos e não só a Figueira da Foz.-----

Como também têm conhecimento, a obra teve um início de comparticipação do Fundo Ambiental, ainda no Governo anterior e com o Ministro Duarte Cordeiro, que atribuiu um primeiro apoio de 1 milhão de euros. Combinámos no início do processo que haveria uma divisão de cerca de 50% entre o Programa Operacional Regional e o Fundo Ambiental aquando da concretização e depois do estabelecimento pelos serviços do novo preço base para o novo lançamento de concurso.-----

Perante o aumento que se verificou, os novos contactos com o Ministro Duarte Cordeiro tiveram a resposta compreensível de que estando o Governo já anterior na fase em que estava, não seria possível despachar novos apoios e, portanto, reforçar o que já existia.-----

E isso deixava-nos também perante o impasse que se verificava por força do calendário político quer no Programa Operacional Regional, no Pacto e nos Investimentos Territoriais Integrados, restando-nos, de facto, uma situação absolutamente em suspenso e de perigosidade a vários níveis óbvia.-----

Mas, enfim, se fosse assumida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra seria dado um passo em frente.-----

A Comunidade Intermunicipal assumiu e combinou connosco - fui eu, a Vice-Presidente a uma reunião com o Presidente, a Vice-Presidente, Helena Teodósio, o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Jorge de Brito - fomos todos em conjunto a uma reunião com o Ministro Castro e Almeida, responsável pelos Fundos Europeus, no edifício da Caixa Geral de Depósitos, onde a situação foi exposta e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra assumiu o seu papel em pleno perante o Governo e ficou, de facto, estabelecido que desenvolveríamos as necessárias diligências também junto Ministério do Ambiente por causa do Fundo Ambiental, mas haveria o empenhamento do Governo no apoio ao financiamento no âmbito do Portugal 2030, embora concertado com os instrumentos regionais.-----

Na sequência desta confirmação por parte do Ministro Castro e Almeida reuni a semana passada com a Ministra do Ambiente e tentei a pretensão do reforço da participação do Fundo Ambiental, tendo obtido uma resposta, em princípio, positiva. Não está formalizado, como é evidente, e esse aumento poderá tornar a participação do Fundo Ambiental próxima, de facto, dos 50% do preço base que está estabelecido no concurso ora em desenvolvimento.-----

Dividindo esses recursos entre o exercício orçamental do ano que vem, em princípio,



poderão ser 2 milhões e qualquer coisa de euros no ano que vem ou em 2026, distribuído pelos dois anos.-----

Naturalmente, essa perspetiva da comparticipação também do Fundo Ambiental dá-nos outra tranquilidade em relação ao desenvolvimento do processo.-----

A propósito do Pavilhão Multiusos, aproveito para dizer que para tudo isto é necessário obviamente fazer a conciliação desta perspetiva mais dependente de terceiros com a perspetiva da evolução da situação financeira do Município. Enfim, não é tudo, é metade do ano, mas também para mim, pessoalmente foi importante esperar este ano.-----

Mas esperamos pelos valores da execução orçamental de 30 de junho, nomeadamente também da parte da receita e outras variáveis que temos entre mãos, tais como os preços de alguns serviços prestados e dos processos em desenvolvimento, quer do setor das águas, quer dos resíduos que já está finalizado. Em relação às Águas houve uma reunião com a entidade reguladora no mesmo dia da que tivemos com o Ministro Castro Almeida.-----

Portanto, também a evolução financeira e perspetivas de desenvolvimento da mesma permite-nos ter uma considerável segurança em relação àquelas que são as possibilidades do Município de fazer face a algum ou alguns imprevistos que possam acontecer no mundo, enfim, no que toca à disponibilidade dos seus recursos como eventual fonte de financiamento do que aqui está em causa.-----

Posso lembrar que o Município tem um plano de investimentos previsto na ordem dos 350 mil euros. Tivemos o ano passado uma taxa de execução de cerca de 80%.-----

Aquilo que é o financiamento gerado pelo saldo de execução do Orçamento depende da disponibilidade das receitas ou fundos próprios, e nós podemos ter uma perspetiva de plurianualidade de encargos e da respetiva satisfação que nos deixa uma tranquilidade para agora podermos estar a assumir este compromisso.-----

Portanto, tendo em conta como veem e já tive ocasião de o referir em relação à Ponte e ao Pavilhão Multiusos, são obras que não serão para terminar neste mandato. Por um lado, dá-me alguma satisfação que assim seja, mas são obras que o Município obviamente carece, sabemos que sim, por razões diferentes e estamos em condições de a elas nos abalancarmos.-----

Há um dado que temos de ter em linha de conta para estas obras - é a realidade do que vai ser a execução de todas estas empreitadas em todo o país, de os compromissos agora se desenvolverem no âmbito, nomeadamente, do Plano de Recuperação e Resiliência, mas não só.-----



Esta execução de escolas, centros de saúde, habitação, acarretam, de facto, um peso sobre as empresas, um peso para elas positivo, mas que se traduz em prejuízos para os concursos em desenvolvimento. Cada vez vai ser mais difícil, julgo eu, as empresas corresponderem a tanta procura que vão ter no mercado da construção.--- Gostava de acrescentar mais uma nota a relação ao concurso para a empreitada de construção da Ponte, porque, como sabem, o projeto está desenhado. Aliás, a Ponte teve um projeto inicial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra do Atelier Adão da Fonseca, de Coimbra. Quando foi chamado à Figueira teve uma segunda versão já com a componente rodoviária que acabou por ser chumbado na Autoridade de Gestão.-----

O concurso que lançámos agora, esta empreitada com base nesse segundo projeto, com a componente rodoviária incluída, com a circulação semaforizada, é igual.----- Quanto à Rua da Liberdade, já sabem a razão: a necessidade de intervir no subsolo. Lembro-me bem do que me disse o Dr. Carlos Monteiro sobre as obras na Zona Histórica. Será uma obra que decorrerá no último ano do mandato se nada de anormal surgir. Naturalmente, causará algum incómodo... Começará pelo lado Sul e continuará quarteirão a quarteirão.-----

Por exemplo, os apoios ao Multiusos por Fundos Europeus, tendo equipamentos, são da parceria estabelecida com Bruxelas. Há uma taxa de participação maior do Município do que aquela que tem vindo a acontecer neste quadro comunitário.-----

Portanto, são decisões ponderadas. Recordamos o que foi dito, nomeadamente para o caso da Ponte, mas também da disponibilidade que em reunião de Câmara se verificou por parte dos Vereadores. Foi dito desde o início do mandato pelos diferentes titulares dos cargos sobre a disponibilidade para se votar até um eventual financiamento para investimentos como o da Ponte. Esperemos que não venha a ser necessário, mas demonstra a vontade coletiva que existe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira congratula o executivo por dar início ao processo da construção de um Pavilhão Multiusos na nossa Cidade.-----

Irá finalmente ser possível receber grandes eventos desportivos fora de época de Verão e espetáculos culturais que não são viáveis de realizar no Centro de Artes e Espectáculos.-----

Nas funções que desempenho na direção do meu Clube acompanho as minhas equipas por



esse país fora, constatando que toda e qualquer cidade, maior ou menor em termos de população, possui um pavilhão municipal.-----
Hoje, finalmente, podemos dizer que a Figueira da Foz também o irá ter.-----
Esta é a diferença entre a política do FutBeachGolf e a política que leva a sério o desporto!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Apenas duas ou três questões.-----
Uma já me foi respondida, mas em relação às obras da Rua da Liberdade falou em galerias.-----

No novo acordo que houve e foi aqui votado da Águas da Figueira, S.A. também se previa para lá uma obra. Este montante é um complemento, ou será a Câmara Municipal a suportar a obra em vez de ser a Águas da Figueira, S.A.?-----
Fiquei agora a perceber e julgo que percebi bem, não sei se está errado ou não, que a Ponte não vai ser só pedonal, vai ter uma faixa para veículos.-----
Os custos dos acessos a essa Ponte também já estão incluídos aqui nestes valores ou serão incluídos à posteriori?-----
Por último, vai-me desculpar a minha ignorância, mas onde será localizado este Pavilhão Multiusos? Já há uma previsão do seu custo final?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Na Rua da Liberdade haverá trabalhos da responsabilidade do Município e da responsabilidade da Águas da Figueira, S.A.-----

Para além das galerias teremos também as redes, e aproveitaremos a obra para fazer a substituição e conservação de todas essas componentes: a separação das redes porque hoje em dia não existe.-----

Na empreitada da Ponte em desenvolvimento o processo inclui os acessos às vias existentes e, portanto, a ligação às vias existentes. Não inclui os investimentos na qualificação e melhoramento dessas mesmas vias, o que, naturalmente, representará algum acréscimo, mas que permitirá também, esperemos bem, algum financiamento em futuras reprogramações do Plano de Recuperação e Resiliência.--
Respondendo, objetivamente, inclui também a ligação às vias que já existem. Há um encargo significativo. Das opções que fizermos advirá a melhoria dessas tais vias já existentes, às quais esta empreitada faz a ligação.-----

Localização do Pavilhão Multiusos - podemos estar aqui toda a tarde a falar disso. Vamos falar de duas ou três condicionantes.-----

Em primeiro lugar, julgo que convém ser um terreno municipal porque os terrenos



não municipais na sua grande maioria têm condicionantes que levam muito tempo a serem ultrapassadas.-----

Tenho recebido as mais variadas sugestões sobre a localização do Pavilhão Multiusos, várias delas referem-se aqui aos terrenos da Várzea. Mas os terrenos da Várzea são terrenos de aluvião, hoje em dia inseridos na Reserva Ecológica Nacional, apesar de lá se situarem, por exemplo, o Quartel dos Bombeiros, oficinas da Câmara, entre outras construções. Todavia, elas foram para lá decididas antes da revisão do Plano Diretor Municipal, que transformou aquela área e a consagrou com o regime da Reserva Ecológica Nacional.-----

O Município não é propriamente muito abastado em ativos deste tipo.-----
Temos um terreno do lado de lá, na Freguesia de São Pedro, mas que não tem largura suficiente para o Pavilhão. Nos termos dos estudos já feitos ele terá uma área de implantação entre 5.500 e 6.000 metros quadrados, mais próximo dos 5.900 metros quadrados.-----

Por exemplo, o terreno que foi cedido pelo Município ao Ginásio, ao lado do Estádio tem cerca de 4.800 metros quadrados, pelo que não cabe. Também do outro lado da rua, várias pessoas já me sugeriram o terreno junto ao Parque Aventura. Na minha opinião, não era uma localização desejável ao pé do Complexo Desportivo que já existe hoje em dia.-----

A zona está congestionada a vários títulos e por várias razões e não me parece, de facto, desejável.-----

Dentro das hipóteses levantadas, em termos de serviços e sugestões externas há outra. Ficou no Plano Diretor Municipal como equipamento projetado para o Anel das Artes que, depois, não foi por diante. Ali no canto, digamos assim, do Parque das Gaivotas.-----

No que me respeita, confesso que não é uma localização da minha preferência.----

Eu já afirmei que gostei muito do projeto do Anel das Artes. Tenho pena de não o poder aproveitar, mas, de facto nem é bem desportivo, para fins culturais talvez um bocadinho mais, mas pronto, o projeto foi suspenso. Não considero que seja aproveitável para a finalidade que temos como ambição!-----

Evidentemente, a localização também influi no projeto que será apresentado. Ali calculo que os arquitetos apresentassem algo mais envidraçado e não fechado. Mas pessoalmente, não considero a zona aconselhável.-----

Tenho procurado ouvir várias pessoas e quero ouvir mais dos líderes de grupo municipal.-----



Não há dogmas! Quando foi indicada a localização do Centro de Artes e Espectáculos foi uma localização óbvia, ali ao lado de um museu e de uma biblioteca. Era quase um ovo de Colombo que eu não sabia a chave da solução, mas que me foi ensinada. - Aqui, até agora, não apareceu nenhum ovo de Colombo. Há possibilidades, mas as diferentes possibilidades têm os seus prós e os seus contras.-----

Enquanto Vereador da oposição em Lisboa não votei a favor do Museu da EDP ali ao pé do rio, enquanto houve companheiros meus de bancada que tiveram liberdade de voto e votaram a favor. Eu não votei a favor, porque não aprecio construções daquela dimensão em cima do rio ou do mar, prefiro a vista mais livre.-----

As senhoras e os senhores conhecem a realidade figueirense, em vários aspetos obviamente melhor do que eu.-----

Não sei se me fica bem dizê-lo enquanto Presidente de Câmara, mas acho que devemos todos ser realistas e há muitas coisas que conhecem muitíssimo melhor do que eu. Há muitas pessoas que dizem que o Pavilhão Multiusos tem de estar no território da sede do Concelho. A minha visão da política de fomento ou desenvolvimento, não é essa!-----

Há outro sítio até agora, eu não vou dizer que tem recolhido a minha preferência, não é verdade: é um terreno municipal lá em cima a Norte, ao lado de uma pista de motociclismo, ao lado do Parque de Campismo, por cima da Borloteira, e esse terreno tem área.-----

É preciso ter em linha de conta duas coisas: era bom não termos de construir estacionamento subterrâneo que é caríssimo. Seria bom, portanto, haver na zona circundante alguma facilidade nessa matéria ou, pelo menos, fazemos só um piso. - Por outro lado, o Pavilhão, de facto, tem largura, exige respiração, largura e comprimento. Há pouco, não referi, mas, pronto, dentro dos trabalhos que temos feito e dos estudos desenvolvidos, tendo em conta as realidades financeiras, o preço de opção final varia entre os 10 e os 12 milhões de euros.-----

Uma previsão de lugares totais com bancadas retrácteis de 7.000 lugares. Com as bancadas na sua posição normal entre 2.900 e 3.000 lugares sentados. Em caso de espetáculos poderá levar até 7.000 pessoas.-----

Com estas condicionantes, imaginem se o Pavilhão fosse nessa zona naturalmente que o projeto deveria ser mais eco florestal, com revestimento de madeira... O Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede está ali a dizer que sim.-----

Ontem, já ouvi um representante do Movimento Parque Verde e também falei com o arquiteto Miguel Figueira.-----



Outra localização possível é do lado de lá em território do Porto. Para mim como Presidente de Câmara chama-se a isso fazer Cidade. Temos de tomar a melhor opção em função de várias.-----

Há uns 20 anos, como sabem foi muito falado e ontem o arquiteto Miguel Figueira recordou-me disso. Quando abriu pela Figueira Grande Turismo uma discoteca, um espaço de diversão do lado de lá, com um nome sui generis, era O Pecado, depois O Pé de Salsa. A intenção era exatamente a de assinalar porque, na altura há 20 anos, como sabem, eu também sei bem, havia vários espaços desse tipo no lado Norte do Concelho, não só em Quiaios, mas também aqui na Cidade e na Serra.-----

E na margem Sul, houve um e levou muita gente para lá, porque, sinceramente, eu acho que no Concelho, em alguns setores existe um preconceito em relação à capacidade da margem Sul, nomeadamente de desenvolvimento!!!-----

Por exemplo, em relação ao Porto e a Gaia, eu enquanto cidadão não tenho dúvida nenhuma que o Porto ganhou muito com a intervenção feita em Gaia e vice-versa. Hoje em dia completam-se. Uma pessoa atravessa a ponte e a beleza é muito maior por força dessa intervenção.-----

Aliás, a Administração do Porto da Figueira da Foz no que está a trabalhar em relação à futura possível marina, espero que se confirme, uma boa parte será ali do lado da margem Sul.-----

As opções não são muitas, são duas ou três. Os processos de decisão são todos muito participados, amadurecidos e depois vota tudo consensualmente no geral, e é assim que acho que um processo desta natureza deve ser.-----

A questão da propriedade é muito importante! Não tenham dúvida nenhuma, tudo o que mete outras entidades públicas, nomeadamente a administração central, como sabem, é muitíssimo complicado.-----

Por exemplo, a vereação do Partido Socialista disse, acho que estou a citar bem, que esta futura obra deveria incluir a questão da piscina. Outra questão também de que posso falar se quiserem, mas não queria agora misturar.-----

Volto a lembrar que o concurso será de conceção-construção e só pode ser lançado quando já estiver definido o sítio.-----

Não tenho dúvidas que devemos aproveitar esta oportunidade histórica, não só pela questão dos Fundos Europeus, mas pela situação do mundo. Nunca sabemos o que vai ser o futuro do mundo, mas acho que todos concordaremos em que a própria União Europeia está a funcionar.-----

Portanto, há alturas que não devemos fingir que estamos distraídos e acho que não



devemos estar distraídos em relação à necessidade destes investimentos.-----
Quero dizer à Presidente da Junta de Alqueidão, que não está cá, mas tem aqui uma sua representante, que acho que o investimento da Ponte se justifica apesar dos valores exorbitantes que atingiu. Mas se algum argumento faltasse, em termos de coesão territorial os investimentos que estão e vão continuar a ser feitos na sede do Concelho ou na zona urbana mais acentuam a necessidade dessa justiça relativa. E todas as decisões têm normalmente os seus prós e os seus contras e, portanto, esse argumento da equidade, para além de outras razões que justificaram essa decisão, esse projeto e essa obra, levaram-nos até a apresentar em conjunto, como, aliás, falámos na vereação e o Partido Socialista também referiu que sempre se bateu por essa equidade.-----

E eu repito, sem fazer qualquer tipo de comentários quanto à nossa posição que agora apresento isto aqui convicto que são bons investimentos. Se Deus quiser não teremos de recorrer a financiamentos e o Concelho ganhará muito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Permitam-me, e peço já desculpa por isso, que eu seja antirregimental.-----

A nossa próxima assembleia ordinária é daqui a dois meses. O tempo corre muito depressa, mas dois meses são dois meses e há coisas que não se compadecem com isso.-----

Eu queria aqui deixar a manifestação da grande preocupação do Partido Comunista Português e da coordenadora da Coligação Democrática Unitária em relação à questão da prospeção para extração de caulinos na Freguesia de Vila Verde.-----

E gostaria de deixar uma pergunta que, obviamente, não será respondida hoje - o que é que se pensa para aquela Freguesia e para aquela população que já foi tão penalizada com a instalação de unidades?-----

Em relação ao ponto que aqui nos traz e dada a extensão da intervenção do senhor Presidente da Câmara, ela vem dar razão ao que foi a nossa discussão a propósito deste ponto.-----

A Coligação Democrática Unitária tem, neste momento, muito pouca informação em relação a estes itens referidos nesta 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

Aliás, as perguntas do deputado municipal, Manuel Rascão Marques, vieram também nesse sentido.-----

Estamos a lidar com matérias que o mais que conhecemos delas acaba por ser a



leitura da comunicação social em reflexo das reuniões do órgão executivo.-----
E face a esta exiguidade de informação, eu não poderia votar contra porque não tenho um motivo de base para sustentar essa opção de voto, tão pouco poderia votar a favor, porque o que conheço não me dá luz para isso, daí que eu vou abster-me em relação a esta proposta hoje em discussão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não fará mal que eu seja pecador como a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, mas só em trinta segundos.-----

Eu não sei as razões do surgimento dessas notícias todas sobre a vontade de prospeção de caulinos ali na Freguesia de Vila Verde. Vem referido que havia um parecer da Câmara e não foi dito em que sentido era o parecer. Foi desfavorável! Não quero deixar de esclarecer que a posição que tomámos e transmitimos às autoridades competentes foi a nossa posição contra esse propósito."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Era apenas para anunciar o sentido de voto do grupo municipal do Partido Socialista.-----

Nós por norma abstivemo-nos no Orçamento e nas revisões às Grandes Opções do Plano e Orçamento também nos temos abtido. Mas hoje vamos votar favoravelmente a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024.-----

Este projeto da Ponte de Alqueidão, é um projeto que nós sempre defendemos. Entendemos que é muito importante para o Concelho, vai aproximar populações que estão distantes, não vai valorizar só o Alqueidão, vai valorizar muito aquela parte da margem sul que estava muito longe da sede do Concelho.-----

Esta é uma obra que vai para a frente, esperamos mesmo que ela se realize, obviamente, esperamos que seja também essa a vossa intenção e, portanto, nós não poderíamos deixar de vamos votar favoravelmente.-----

Não é que pareça estranho, sei que temos tido sempre o sentido de abstenção, mas não nos sentiríamos confortáveis se uma Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento que tem a questão desta Ponte que tanto defendemos, não votando favoravelmente.-----

Portanto, o nosso voto de confiança, neste momento, prende-se com esta obra, sem prejuízo de também defendermos, obviamente, outras obras que estão aqui contempladas, mas se a Ponte não estivesse aqui, provavelmente o nosso sentido de voto seria a abstenção.-----

Esperemos que se realize o mais rapidamente possível porque é muito importante



para a Cidade, tal como o Partido Socialista sempre defendeu.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Coelho Silva.-

JOSÉ COELHO SILVA: “Senhor Presidente da Câmara aproveito as suas palavras, a sua dificuldade que não o é, para a situação do Pavilhão Multiusos.-----

Lavos tem todas as condições que se pretendem. Temos espaço suficiente para construir, proximidade de uma autoestrada de acessos, temos sítio para parqueamentos e, aproveitando as palavras do Presidente da Câmara, Lavos precisa realmente de se aproximar da Cidade.-----

Lavos necessita de um investimento como este, por isso peço ao Presidente da Câmara que considere esta opção.-----

O senhor até conhece os terrenos. Penso que foi no seu primeiro mandato aqui na Câmara Municipal que tinha um projeto para transferir o Estádio Municipal José Bento Pessoa para Lavos. Está recordado?-----

Pois bem, aproveite esses espaços, mas em meu entender o Pavilhão Multiusos ficaria muito bem nesses terrenos em Lavos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Só uma nota de congratulação, pelo facto de a ponte não ser só pedonal como chegou a ser essa a possibilidade.-----

Temos de nos congratular, não é só pela Ponte, é que eu vejo Coimbra que tem três travessias e quer agora a quarta e a Figueira da Foz tem uma com estas dificuldades decorrentes das obras.-----

A Ponte que virá a ser construída, infelizmente, só com uma faixa, mas mais vale isso do que nada, é uma questão também de segurança para o Concelho e é uma alternativa que se estivesse em funcionamento, se não se andassem anos e anos a estudar e se se fizesse mais, se calhar, já a tínhamos e hoje não sofreríamos os constrangimentos que temos na Ponte da Figueira Foz.-----

Portanto, para saudar a nossa satisfação por isso, claro que iremos votar a favor de todos estes pontos importantes para o Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e Eduardo São Pedro, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,



na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favos dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, visando os ajustamentos das plurianualidades: do investimento «Rua da Liberdade_Freguesia de Buarcos e São Julião», e da «Ponte sobre o Rio Mondego - Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica», cuja empreitada tem o valor total de 7.897.175,01 €, com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, um prazo de execução de 18 meses, sendo os encargos previstos pelos anos económicos de 2024, 2025 e 2026, respetivamente de 20.000,00 € (vinte mil euros), 5.560.400,00 € (cinco milhões quinhentos e sessenta mil e quatrocentos euros) e 2.316.775,01 € (dois milhões trezentos e dezasseis mil setecentos e setenta e cinco euros e um cêntimo), com o ajustamento do valor das fontes de financiamento previstas para este investimento e que foram inscritas aquando da elaboração dos Documentos Previsionais de 2024; bem como a inscrição dos encargos plurianuais previstos para o investimento «Pavilhão Multiusos».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e Eduardo São Pedro, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezasseis horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----